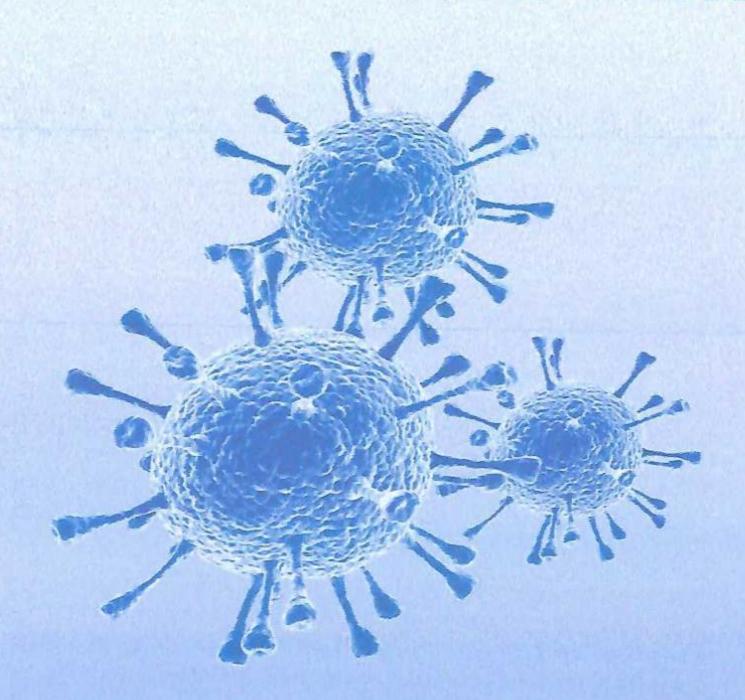
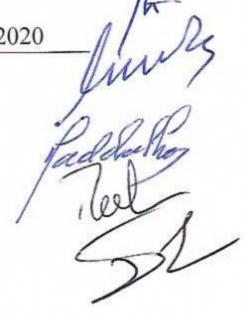


RELATÓRIO E CONTAS 2020



IRMANDADE DA MISERICÓRDIA DE PAREDES HÁ MAIS DE 100 ANOS AO SERVIÇO DA SOLIDARIEDADE



<u>ÍNDICE</u>

	Pág.
Convocatória	2
Órgãos Sociais	3
Introdução	4
Relatório de Gestão	5 a 16
Proposta de Aplicação de Resultados	17
Demonstrações Financeiras e anexo	18 a 44
Certificação Legal das Contas	45 a 48
Parecer do Conselho Fiscal	49





IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES



CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 2 alínea b) do Art.º 22 dos Compromissos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, convoco os Irmãos desta Misericórdia para reunirem em Assembleia — Geral no dia 18 de junho, pelas 17:30 horas, no Auditório da Casa da Cultura, sito na Avenida da República, freguesia e concelho de Paredes, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
- Apreciar o relatório, as contas e os pareceres do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas e Votar as Contas do Exercício de 2020;
- 3. Outros assuntos de interesse para a Misericórdia,

Nos termos do n.º 1 do Art.º 24, se no dia e hora designados para a reunião, não estiver presente mais de metade dos Irmãos com direito a voto, a Assembleia funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.

Paredes, 28 de maio de 2021

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

a) Dr. Alberto Luís Mourão Soares Carneiro



ORGÃOS SOCIAIS EFETIVOS Quadriénio 2020-2023

Relatório e Contas 2020

ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Alberto Luís Mourão Soares Carneiro

Vice - Presidente: Lucília Maria Dias Carvalhinho Sousa Pinto

Secretária: Maria Manuela Rocha Silva Freire de Sousa

MESA ADMINISTRATIVA:

Provedor: Ilídio José da Silva Meireles

Vice - Provedor: Joaquim Camilo de Meireles Ruão

Tesoureira: Maria Madalena Vieira Nogueira Carvalho Silva

Secretário: Ildebrando da Mota Coelho

Vogal: Teresa Maria de Paiva Leal

DEFINITÓRIO OU CONSELHO FISCAL:

Presidente: António Francisco de Oliveira Ferreira

Vice - Presidente: Rogério Manuel Ribeiro dos Santos Grácio

Secretário: Augusto Manuel Teixeira de Barros Ruão

Suplente: Manuel da Silva Barbosa

INTRODUÇÃO

Para os devidos efeitos legais e estatutários da Misericórdia de Paredes definidos na *alínea b)* do n.º 2 do art. 22 dos Compromissos, se submete o Relatório e Contas do exercício de 2020, bem como a correspondente Certificação Legal de Contas e o Parecer do Conselho Fiscal, para apreciação e aprovação da Assembleia Geral.

Ao longo do ano de 2020, com a situação epidemiológica que se verificou em Portugal e em todo o Mundo, em resultado da pandemia da doença COVID 19, aumentou a responsabilidade das Misericórdias Portuguesas em cumprir, de forma mais eficiente e eficaz, a sua Missão. A pandemia causada pela doença COVID 19, para além de consistir numa grave emergência de saúde pública, provocou inúmeras consequências de ordem económica e social e motivou a adoção de um vasto leque de medidas excecionais. Neste contexto, as Misericórdias envolvidas foram obrigadas a reunir as condições mínimas para responder a esse aumento de responsabilidade.

As entidades do sector social depararam-se com uma situação delicada da sociedade, com graves constrangimentos de natureza financeira causadas pelos aumentos de gastos e diminuição de rendimentos, provocados pela pandemia do COVID 19.

O conteúdo deste documento relata a posição financeira e contabilística da Instituição, constituída pelas demonstrações financeiras exigidos por lei, acompanhada de várias notas técnicas explicativas de modo a facilitar e simplificar ao máximo a sua interpretação.

factoriales o, 23

RELATÓRIO DE GESTÃO

O ano de 2020 foi, mais do que nunca, um período de intenso trabalho com o acompanhamento do quotidiano, sempre exigente, a que acresceu a preocupação no acompanhamento das orientações emanadas das autoridades de saúde, face às constantes alterações das orientações para a organização dos vários serviços da instituição, em função da variação do efeito da pandemia.

Como é do conhecimento geral os efeitos da pandemia exigiram intervenções determinadas, num complexo processo de adaptação a uma nova e desconhecida realidade que exigiu de todos o melhor do seu esforço

Deu-se resposta a todos os problemas, alguns com especial dificuldade, melhorou-se a qualidade de todos os serviços, sempre no propósito firme de afirmação da instituição na rede social do concelho, em que se integra.

Apesar das dificuldades, verificou-se um pequeno e quase insignificante aumento dos proventos, mesmo tendo em conta a especial incidência da diminuição do rendimento dos juros das aplicações financeiras da instituição.

Por outro lado, aumentou a despesa corrente, essencialmente com a valorização do custo do trabalho, decorrente do aumento do salário mínimo nacional, aumento estendido a todos os restantes funcionários, progressão da carreira de alguns funcionários, circunstância que, sem colocar em causa a justeza da medida, tem naturalmente reflexos na coluna da despesa, assim como a pressão que se coloca nos dias de hoje, com o constante recurso a contratações temporárias de trabalhadoras, ao abrigo do programa Marees que possibilitou a organização do trabalho em espelho, ou seja, em regime alternado e a circunstância de cada vez mais o Lar ser



quase um serviço de cuidados continuados, dada a degradação da saúde dos utentes, que cada vez são mais frágeis e dependentes, implicando um cada vez maior número de trabalhadores.

Este aspeto de agravamento do custo do trabalho não é compensado pela comparticipação dos utentes, a maior parte com reformas insuficientes, e do Estado, já que a tabela atual é para uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e não para uma unidade de cuidados continuados.

Finalmente impõe-se referir que o saldo negativo das contas se explica pelo facto de, mantendo-se contabilizadas amortizações no valor de € 306.858,65, fruto do acentuado investimento que foi feito ao longo dos últimos anos, para além do acentuado aumento do custo com pessoal e de fornecimento de serviços externos, diretamente relacionados com o Covid-19, infra melhor explicitados e não totalmente compensados com os subsídios à exploração.

Os resultados de 2019 demonstram o cuidado que a Mesa Administrativa sempre coloca na gestão dos seus recursos, com a preocupação constante de melhorar as condições de assistência, nas várias valências, de trabalho dos seus funcionários e de aumentar dentro do possível os seus níveis remuneratórios.

Apesar disso, os resultados obtidos permitem encarar o futuro com algum otimismo, fruto de uma gestão rigorosa na contenção de custos operacionais e na planificação do investimento necessário para, cumprindo a lei, satisfazer os naturais anseios daqueles para quem esta instituição é imprescindível.



Informação Económica, Financeira e Orçamental

A Mesa Administrativa, dando cumprimento ao legal e estatutariamente estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 27, presta a seguinte informação referente ao período de 2020, contida nos instrumentos de gestão Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados em 31 de dezembro de 2020.

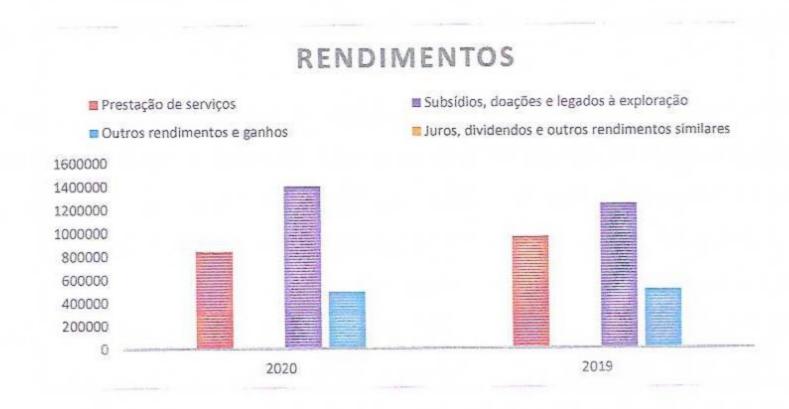
De forma resumida, segue-se um curto comentário aos valores constantes da documentação apresentada:

Análise da Situação Económica - Demonstração de Resultados

Em termos de estrutura de rendimentos, a decomposição é a seguinte:

RENDIMENTOS

	(valores em eu			
RENDIMENTOS	2020	2019		
Prestação de serviços	842.902,49	958.798,01		
Subsídios, doações e legados à exploração	1.396.961,17	1.237.200,15		
Outros rendimentos e ganhos	489.905,46	508.204,06		
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	3.947,31	4.988,24		
Total dos rendimentos	2.733.716,43	2.709.190,46		





No período económico em análise, a Misericórdia realizou um total de rendimentos no valor de € 2 733 716.43 (dois milhões, setecentos e trinta e três mil, setecentos e dezasseis euros e quarenta e três cêntimos), traduzindo um acréscimo relativamente ao exercício do ano transato, em termos percentuais, na ordem dos 0.91%.

Na rubrica "Serviços Prestados" verifica-se um decréscimo na ordem de 12.09% em relação ao exercício de 2019, motivado pela suspensão das respostas sociais centro de dia, creche, pré-escolar e CATL na sequência de medidas de combate à propagação da doença COVID 19 adotadas pelo Governo, o que se traduz em redução das mensalidades pagas pelos utentes e familiares.

A rubrica "Subsídios, Doações e Legados à Exploração" aumenta 159 761.02€ (cinquenta e cinquenta e nove mil, setecentos e sessenta e um euros e dois cêntimos), em relação ao exercício de 2019. Com a disseminação do surto do novo Coronavírus (COVID-19), o Estado estabeleceu o aumento de 3.5% dos valores das comparticipações financeiras por utentes, para as respostas sociais com acordos de cooperação, face ao observado em 2019, no âmbito da Portaria n.º 88-C/2020, de 6 de abril, com intuito de mitigar os constrangimentos de natureza diversa com que as Instituições Particulares de Solidariedade Social se deparam.

No âmbito da prevenção e combate à pandemia por COVID – 19, as instituições do setor social que desenvolvem respostas sociais de apoio às pessoas mais vulneráveis tiveram despesas acrescidas para implementar medidas de contingência e de prevenção, bem como de reforço de recursos humanos. Neste contexto, estabeleceu a Portaria n.º 192/2020 de 10 de agosto o reforço extraordinário da comparticipação financeira da segurança social em 2020, para a resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e SAD – Serviço Apoio Domiciliário, um aumento de 2%, face aos valores previstos na Portaria n.º 88-C/2020, de 6 de abril.

Na sequência da evolução da situação epidemiológica causada pelo coronavírus, o Governo decidiu reforçar os instrumentos de apoio ao setor social e solidário. Nesse sentido, manteve inalteradas as comparticipações financeiras da Segurança Social das respostas sociais suspensas e da resposta social estrutura residencial para idosos (LAR), independentemente da frequência, e reforço nas situações de domiciliação de apoio social.

Nesta rubrica também inclui subsídios do IEFP – Instituto emprego e formação profissional, verba que assume grande relevância na variação desta rubrica entre o ano 2019 e 2020. Contribui para esta variação o apoio à integração de trabalhadores nos equipamentos sociais e



de saúde, no âmbito da medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde (MARESS), previsto na Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março, para assegurar a capacidade de resposta das instituições do setor solidário com atividade na área social e de saúde, durante a pandemia da doença COVID-19. Esta Portaria também introduz um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais dos "Contratos emprego-inserção" e do "Contrato emprego-inserção+" em projetos realizados na Instituição.

Incluí também na rubrica de subsídios à exploração os subsídio do protocolo do RSI -Rendimento Social de Inserção, subsídios de Apoio Excecional à Família para trabalhadores, subsídio Extraordinário Plano COVID-19 concedido pelo Município de Paredes , bem como verbas referentes ao Projeto de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas financiado pelo PORTUGAL 2020, tipologia de operações 1.2.1-Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade, no âmbito do aviso n.º PO APMC-F2-2017-01, Fundo Europeu de Auxilio a Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), ao território de Paredes, com o n.º total de destinatários de 535, na modalidade de Polo de Receção, Coordenadora e Mediadora, em parceria com as entidades mediadoras S. Pedro - Centro Social Sobreira e Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa. Este programa foi aprovado e iniciado em 16/10/2017 e a data do fim da operação foi de 30/11/2019. No entanto, a Misericórdia recebeu o convite para aceitar novo projeto, no âmbito do aviso POAPMC-F7-2019-02 com os mesmos objetivos e destinatários em que a data de fim de operação é 31/01/2023. Os destinatários são distribuídos pelos mediadores "Irmandade da Misericórdia de Paredes, S. Pedro - Centro Social Sobreira e Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa", com 235, 150 e 150 destinatários respetivamente.

A Misericórdia de Paredes receciona, armazena, distribui os produtos aos mediadores e aos destinatários e é responsável pela coordenação de toda a logística e ações de acompanhamento. Os produtos a distribuir no âmbito da operação são produtos congelados, frios e secos. O Instituto de Segurança Social assumiu a qualidade de organismo intermédio do FEAC (Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas). Atendendo à composição dos cabazes a distribuir, reforçados em termos nutricionais e por grupo de destinatários, e à temporalidade semestral de distribuição inerente ao tipo de alimentos constantes dos mesmos, bem como à necessidade de criação de condições logísticas para prover os recursos necessários à execução das ações e atividades inerentes ao desenvolvimento do POAPMC, em particular no que respeita às despesas de armazenagem, refrigeração, transportes e distribuição de géneros alimentares, foi criado o programa de apoio financeiro complementar à execução do POAPMC, denominado PAC (Programa de Apoio Complementar), que complementa o apoio



financeiro previsto no âmbito do POAPMC com a distribuição e o armazenamento dos alimentos.

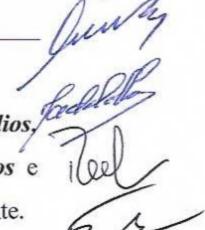
Desde o início da pandemia provocada pela doença COVID-19, que o ISS, IP – Instituto de Segurança Social, tem vindo a adotar diversas medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica, que, por um lado, agravou as situações das pessoas mais carenciadas e que, por outro lado, aumentou o número de pessoas vulneráveis. O POAPMC, sendo um programa que visa a distribuição de géneros alimentares às pessoas mais carenciadas e o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à inclusão social destas pessoas, constitui-se como um dos meios primordiais para dar resposta à situação de emergência. Assim, nos meses de abril e maio de 2020 o POAPMC alargou o número de destinatários para mais de 15% do previsto; nos meses de junho e julho de 2020, mais de 50% dos destinatários e a partir de agosto de 2020, mais 100% dos destinatários. Sendo assim, a Misericórdia passou a abranger 1070 destinatários, Sobreira e Sobrosa 300 destinatários cada, sendo duplicado a entrega de 14 produtos do cabaz.

Na rubrica " *Outros Rendimentos e Ganhos*" verifica-se um decréscimo de €18 298.60 (dezoito mil duzentos e noventa e oito euros e sessenta cêntimos), em relação ao período transato, reflexo da diminuição dos valores da conta "Restituição de Impostos" referente aos pedidos de restituição de valor de IVA suportado nas faturas de construções, manutenções e conservação dos edifícios, de bebidas e alimentação, e de elementos do ativo fixo tangível e suas reparações, com limites estipulados na lei para restituição de IVA de outros regimes - IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, que oscila em função do investimento efetuado.

Esta rubrica também inclui as rendas de edificios, consultórios e habitações que sofreram acréscimo pela atualização do coeficiente de rendas em 1.0051.

Também comtempla nesta rubrica a imputação de subsídios/doações para investimento, que estão associados a ativos fixos tangíveis e que são transferidos numa base sistemática, para a conta 7883, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

A rubrica "Juros e Rendimentos Similares Obtidos" têm sofrido alterações significativas justificando-se pela redução da taxa de juros atribuídas às aplicações financeiras efetuadas pela Instituição. No período em análise, esta rubrica teve um decréscimo de €1 040.93 (mil e quarenta e três euros e noventa e três cêntimos), em relação ao período de 2019.



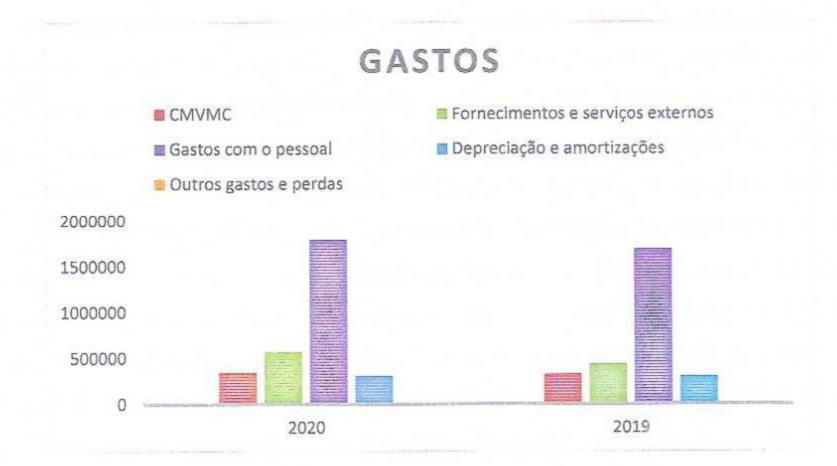
As rubricas com mais peso na estrutura de rendimentos do ano de 2020 são, os "Subsidios Doações e Legados à Exploração", "Prestação de Serviços" e "Outros P

Em termos de estrutura de gastos, a decomposição é a seguinte:

GASTOS

	(valores em eur			
Gastos	2020	2019		
CMVMC	350.245,93	324.850,27		
Fornecimentos e serviços externos	571.053,56	434.243,27		
Gastos com o pessoal	1.791.872,27	1.690.538,01		
Depreciação e amortizações	306.858,65	305.013,45		
Outros gastos e perdas	11.048,36	9.249,99		

3.031.078,77 2.763.894,99 Total dos gastos





No que diz respeito à estrutura de gastos, verifica-se que os mesmos ascenderam ao valor de € 3 031 078.77 (três milhões, trinta e um mil, setenta e oito euros e setenta e setenta cêntimos), o que representa um acréscimo na ordem dos 9.67%, face ao ano de 2019.

Na rubrica "Custo das Mercadoria Vendidas e Matérias Consumidas" verifica-se um acréscimo na ordem de 7.82%, face ao período de 2019, salientando o consumo de bens necessários para combate aos efeitos da pandemia da doença COVID-19, nomeadamente máscaras, luvas, aventais descartáveis, batas, fatos de proteção, desinfetantes, entre outros.

Na rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" verifica-se um aumento na ordem de 31.51%, em relação ao período de 2019. Ao longo do último ano, a situação epidemiológica verificada em Portugal e em todo o Mundo exigiu a adoção de várias medidas de combate à propagação da doença COVID-19, desde logo adoção de condições específicas de funcionamento, de reorganização dos locais de trabalho, de utilização de equipamentos de proteção individual de distanciamento físico, de higienização regular de espaços, das mãos e etiqueta respiratória, testagem preventivas a trabalhadores e utentes, reforço de pessoal ao abrigo das medidas o IEFP — Instituto Emprego e Formação Profissional, traduzindo-se num acréscimo de gastos para a Instituição.

O Governo reconheceu o papel da Instituições do Sector Social e Solidário, no âmbito da Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março, cria uma medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, de natureza temporária e excecional, para assegurar a capacidade de resposta das Instituições durante a pandemia da doença COVID-19 e introduz o regime extraordinário de majoração das bolsas mensais do "Contrato emprego-inserção, do contrato emprego – inserção+ (deficiência). A Misericórdia celebrou contratos ao abrigo do MAREES – Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde assegurando o pagamento de 100% da bolsa de emprego aos destinatários integrados nos projetos o que implica que na rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" seja contabilizado 100% dos gastos com as bolsas de emprego dos trabalhadores. No entanto, o IEFP – Instituto de emprego e formação profissional reembolsa/comparticipa em 90% dos valores das bolsas pagas, sendo o rendimento registado na conta de "Subsídios à Exploração". Em resumo, a Misericórdia suporta somente o gasto de 10% do valor da bolsa de emprego. A Misericórdia encerrou o período de 2020 com 57 trabalhadores ao abrigo desta medida.



Os "Gastos com o Pessoal" atingiram a verba de € 1 791 872.27, um acréscimo de 5.99% em relação ao período de 2019. Contribuiu para este facto, o diferencial de atualização do salário mínimo nacional a todas as remunerações dos profissionais da Instituição, progressão da carreira profissional de alguns funcionários, bem como recurso a contratações temporárias de trabalhadores para regime de substituição de trabalhadores ausentes ao serviço por baixa médica. Para além disso, no âmbito de prevenção e combate à pandemia COVID-19, o Governo criou orientações, exigindo assim a elaboração de Planos de Contingência com o objetivo de reorganizar, ajustar e implementar um conjunto de regras e condições especiais de segurança na Instituição, destacando-se o trabalho de equipas em "espelho" o que implicou contratações a contrato a termo incerto de trabalhadores, bem como candidaturas ao IEFP — Instituto Emprego e Formação Profissional para reforço de pessoal, ao abrigo da medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, originando um acréscimo de gastos.

Na rubrica "Gastos com Depreciações e Amortizações" verifica-se um aumento na ordem dos 0.60%. A quantia depreciável de um ativo é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. O período de vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

Por sua vez, a Rubrica "Outros Gastos e Perdas" sofre um aumento de € 1 798.37 face ao ano transato. Esta rubrica inclui impostos, correções relativas a exercícios anteriores, donativos, quotizações e outros gastos.

É de salientar no total dos gastos as rubricas "Gastos com o Pessoal", "Fornecimentos e Serviços Externos", "CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas" e "Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortização com uma representatividade de 59.12%, 18.84%, 11.56% e 10.12% respetivamente.

Completamos o período de 2020, com um resultado líquido negativo de € 297 362.34 (duzentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e dois euros, e trinta e quatro cêntimos).



Análise da Situação Financeira - Balanço

Da análise ao balanço podemos constatar que em 31 de dezembro de 2020 o *Ativo Líquido* da Instituição cifra-se em € 7 505 116.25 (sete milhões, quinhentos e cinco mil, cento e dezasseis euros e vinte e cinco cêntimos), traduzindo um acréscimo em termos percentuais de 0.28%, relativamente ao período de 2019 que se cifrou em € 7 484 498.68 (sete milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e oito euros e sessenta e oito cêntimos).

Convém referir que na rubrica "Outros Ativos Correntes" foi registado contabilisticamente o contrato de promessa de venda de ações de oitenta mil, novecentas e trinta e oito ações que a Misericórdia de Paredes detém na sociedade anónima HMP — Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, pelo valor de cinco euros por cada ação, no montante total de quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa euros, a pagar pelo adquirente no prazo de dez anos, de acordo com a proposta que foi aprovada pela Assembleia Geral no dia vinte e um de dezembro de 2019.

É de destacar a representatividade de 48.04% Ativos fixos tangíveis e de 27.83% das disponibilidades, no total do ativo.

Quanto aos *Fundos Patrimoniais* passou de € 6 911 111.98 (seis milhões, novecentos e onze mil, cento e onze euros e noventa e oito cêntimos) em 2019, para € 6 556 575.24 (seis milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta e cinco euros e vinte e quatro cêntimos), o que traduz um decréscimo em termos percentuais de 5.13%.

A rubrica "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" contempla os Subsídios "PIDDAC", "Fundo Rainha Dona Leonor", bem como heranças e doações de ativos fixos tangíveis efetuadas por utentes do Lar e Município de Paredes, nomeadamente Escola EB2/3 de Baltar e Escola da Madalena.

Os subsídios não reembolsáveis PIDDAC, Fundo Rainha Dona Leonor e heranças e as doações relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica "Outras Variações nos fundos patrimoniais" e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados "Outros rendimentos — Imputação de subsídios para investimento" durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.



Quanto ao *Passivo Corrente*, passou de € 573 386.70 (quinhentos e setenta e três mil, trezentos e oitenta e seis euros e setenta cêntimos) em 2019, para € 948 541.01(novecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e um euros e um cêntimos), o que traduz um acréscimo em termos percentuais de 65.43%, reflexo da variação da conta "Diferimentos", pois as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas sendo registadas contabilisticamente e relatadas nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. Neste sentido, foi reconhecido contabilisticamente o contrato de promessa de venda de ações já referido na rubrica de "Outros Ativos Correntes".

Investimentos

O período de 2020 registou um investimento global de € 97 387.66 (noventa e sete mil, trezentos e oitenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos), o que representa um decréscimo de 94.56%, face ao ano de 2019.

	(valores	em euros)
Investimentos	2020	2019
Ativos fixos tangíveis		
Edificios e outras construções	18.112,01	1.650.339,87
Equipamento básico	57.469,30	34.821,29
Equipamento de transporte	0,00	23.250,00
Equipamento Administrativo	20.619,37	5.741,80
Outros ativos	0,00	0,00
Ativos intangíveis- Projetos desenvolvimento	0,00	76.287,92
Investimentos financeiros	1.186,98	610,49
Total de investimentos	97.387,66	1.791.051,37





Execução Orçamental

A nível de execução orçamental os rendimentos situarem-se abaixo do orçamentado em 1.01% e os gastos acima do orçamentado em 10.11% respetivamente, o que era inevitável face ao anó repleto de desafios.

Considerações Finais

Ao apresentar, no cumprimento das disposições estatutárias desta Santa Casa da Misericórdia de Paredes, as contas relativas ao ano de 2020, como aliás é usual nesta instituição, procurouse fazer refletir com rigor o que caracterizou a ação da Mesa Administrativa e a demonstração clara do que foi a atividade desta Santa Casa, na coordenação entre as necessidades dos utentes e a prestação do melhor serviço, na vontade expressa de melhorar continuadamente as condições de funcionamento das diversas áreas de intervenção e no apoio dado a todos os colaboradores da instituição.

Não pode assim a Mesa Administrativa deixar de agradecer o empenho e colaboração dos órgãos sociais, e especialmente neste tão difícil ano de 2020 de todos os funcionários e colaboradores que, com espírito solidário e empenhado, defenderam com a sua ação o bom nome da instituição, servindo o bem comum e dignificando as obras de misericórdia.

Como todos sabem, os desafios que se colocam à nossa Santa Casa da Misericórdia de Paredes são tremendos, assim como seguramente é imensa a capacidade de trabalho de todos quantos nela participam do seu quotidiano, pelo que continuará a desempenhar um papel significativo na afirmação da solidariedade fraterna, aliás como a recente intervenção para combater os efeitos da pandemia bem demonstram, ainda que à custa do sacrifício dos nossos funcionários e do esforço financeiro que nos foi exigido.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO 2020

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2020

Assim nos termos do exposto, a Mesa Administrativa desta instituição, propõe à Assembleia-geral o seguinte:

- 1. Aprovação do Relatório e Contas do período de 2020;
- 2. Que o Resultado Líquido Negativo de 297 362.34 euros (duzentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e dois euros e trinta e quatro cêntimos) do período de 2020, transite para Resultados Transitados.

Paredes, 07 de abril de 2021

A Mesa Administrate

Vice - Provedor:

Vogal:

Provedor:

Tesoureira:

Secretário:

A Contabilista Certificada

Balanço em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em Euros)

(Montantes expressos em Euros))		10
RUBRICAS	NOTAS	31-12-2020	31-12-2019
ATIVO:			24
Ativo não corrente:	1 1		
Ativos fixos tangíveis	4	3.605.726,37	3.790.055,67
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	5	26.336,58	52.665,25
Investimentos financeiros	6	447.470,60	446.368,77
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes		4.079.533,55	4.289.089,69
Ativo corrente:			
Inventários	7	21.554,53	10.476,56
Créditos a receber	13.1	83.619,10	62.257,23
Estado e outros entes públicos	13.2	4.381,96	26.938,01
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.3	-	1.500,00
Diferimentos	13.4	97.530,79	99.878,74
Outros ativos correntes	13.5	1.129.471,28	741.870,68
Caixa e depósitos bancários	13.6	2.089.025,04	2.252.487,77
		3.425.582,70	3.195.408,99
Total do Ativo		7.505.116,25	7.484.498,68
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:			
Fundos patrimoniais			FO 040 75
Fundos	13.7	52.216,75	52.216,75
Excedentes técnicos	1 1		
Reservas		5 074 745 00	E 700 440 7E
Resultados transitados	13.7	5.671.745,22	5.726.449,75
Excedentes de revalorização		4 400 075 04	1 107 150 01
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13.7	1.129.975,61	1.187.150,01
Resultado líquido do período		(297.362,34)	(54.704,53)
Total do Fundo de Capital		6.556.575,24	6.911.111,98
PASSIVO:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	13.8	52.811,53	66.742,67
Estado e outros entes públicos	13.1	41.112,82	37.722,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	13.4	460.508,83	72.950,35
Outros passivos correntes	13.9	394.107,83	395.970,70
		948.541,01	573.386,70
Total do Passivo		948.541,01	573.386,70
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		7.505.116,25	7.484.498,68



Demonstração dos Resultados por Natureza em 31 de dezembro 2020

(Montantes expressos em Euros)

Notas 13.10 13.11	31-12-2020 842.902,49 1.396.961,17	958.798,01 1.237.200,15
13.10 13.11	842.902,49	958.798,01
13.11	27 - 50-0	
13.11	27 - 50-0	10000 TO 0000 TO 0000
	1.000.001,17	1.237.200,15
13.12		
13.12		
	(350.245.93)	(324.850,27)
13.14	***************************************	(434.243,27)
		(1.690.538,01)
	((1.000.000,01)
13.16	489 905 46	508.204,06
13.17	(11.048,36)	(9.249,99)
-	5.549,00	245.320,68
4/5	(306.858,65)	(305.013,45)
	(301.309,65)	(59.692,77)
13.18	3.947,31	4.988,24
	(297.362,34)	(54.704,53)
	-	-
-	(297 362 34)	(54.704,53)
	4/5	13.14 (571.053,56) 13.15 (1.791.872,27) 13.16 489.905,46 13.17 (11.048,36) 5.549,00 4/5 (306.858,65) (301.309,65)

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2019 /

		-
(Montantes express	sos en	n Euros)

			Fundo	s Patrimoniais		
Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundo	variações nos fundos	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019 (SNC)	52.216,75	873.181,80	5.811.388,11	(1.140.938,42)	-84.938,36	5.510.909,88
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Alteração de políticas contabilísticas Aplicação Resultado Líquido Período Outras alterações reconhecidas no fundo de capital		1.454.906,63	-84.938,36		84.938,36	0,00 0,00 1.454.906,63
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO Saldo em 31 de dezembro de 2019 (SNC)	52.216,75		Necessary progress	-1.140.938,42	(54.704,53) (54.704,53)	(54.704,53) 6.911.111,98

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2020

(Montantes expressos em Euros)

Fundos Patrimoniais					
Fundo	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Resultado líquido do período	Total
52.216,75	2.328.088,43	5.726.449,75	(1.140.938,42)	(54.704,53)	6.911.111,98
					0,00
	(57.174,40)	(54.704,53)	-	54.704,53	(57.174,40)
50.046.75	2 270 014 02	E 671 745 22	(1 140 938 42)	(297.362,34)	(297.362,34) 6.556.575,24
	52.216,75	variações nos fundos patrimoniais 52.216,75 2.328.088,43	Outras variações nos fundos Fundo patrimoniais transitados 52.216,75 2.328.088,43 5.726.449,75 (54.704,53)	Outras	Outras variações nos fundos Fundo patrimoniais transitados em ativos (54.704,53) (57.174,40) Outras variações nos fundos patrimoniais transitados em ativos (54.704,53) (54.704,53) (54.704,53) (297.362,34)



Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em Euros)			
RUBRICAS	NOTAS	31-12-2020	31-12-2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método direct	to	Company of the company	
Recebimentos de clientes e utentes	THE PARTY STATE OF A	921 525 20	050.044.0
Pagamentos de subsídios		821.535,38	952.311,6
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-940.374,85	702 044 0
Pagamentos ao pessoal		-1.773.815,98	
Fluxo gerada pelas operações	THE PERSON	-1.892.655,45	-1.686.791,1
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		354,86	-1.528.324,4
Outros recebimentos/pagamentos		1.850.090,30	-88,7
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-42.210,29	1.732.140,7
Fluxos de caixa das actividades de investimento		-42.210,29	203.727,62
Pagamentos respeitantes a:	FOREST STATES	Name of the Park	THE STREET
Activos fixos tangíveis	Service and Service Services	-124.557,92	194 200 0
Activos intangíveis			-184.388,29
Investimentos financeiros		-1.101,83	-76.287,92
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:	BINATE DESCRIPTION	SET CHET WAS	A PER HONOR
Activos fixos tangíveis	water ask history	MUNICIPALITY OF THE	
Activos intangíveis			
nvestimentos financeiros		0.00	0.00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0.00	
luros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		4.407,31	5.492,41
luxos de caixa das actividades de investimento (2)	TOTAL PROPERTY.	-121.252,44	0,00
luxos de caixa das actividades de financiamento		-121.232,44	-255.183,80
Recebimentos provenientes de:	PARENT MENTERS		
inanciamentos obtidos	TOTAL TERRITORIES	and an art was a	
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
)oações			
Outras operações de financiamento			
agamentos respeitantes a:	ASSESSED FOR THE OWNER, OF THE OWNER, OF THE OWNER,	A STATE OF THE STATE OF	
inanciamentos obtidos	ONCO PROVIDE		
uros e gastos similares			***
ividendos			-
edução de fundos			
utras operações de financiamento			
uxos da caixa das actividades de financiamento (3)		0.00	
ariação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		0,00	0,00
aixa e seus equivalentes no inicio do período		-163.462,73	-51.456,18
aixa e seus equivalentes no final do período	100	2.252.487,77	2.303.943,95
	13.6	2.089.025,04	2.252.487,77

Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020

(Montantes Expressos em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Denominação da entidade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes, também mais abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia de Paredes ou simplesmente Misericórdia de Paredes, fundada no ano de 1902 e o seu número de identificação fiscal é o 500 835 454.

1.2. Sede social

Rua Elias Moreira Neto, n.º 161

4580-085 PAREDES

1.3. Natureza da atividade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes é uma associação de fiéis, constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristã.

A Irmandade tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, mediante participação escrita da sua ereção canónica, feita pelo Ordinário Diocesano.

Em conformidade com a natureza que lhe provém, a Irmandade presta serviços de ação social com e sem alojamento a pessoas idosas, bem como apoio social á Infância, tendo como respostas sociais ERPI — Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Creche, Pré-escolar, CATL, RSI — Rendimento Social de Inserção e POAPMC — Programa Operacional Apoio a Pessoas Mais Carenciadas.

- 1.4. Sempre que n\u00e3o exista outra refer\u00e9ncia, os montantes encontram-se expressos em unidades de euros.
- 1.5. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas SNC.
- REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:



2.1. Divulgação expressa do referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilístico para entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 DE 09 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF - ESNL:

Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho de 2015 - NCRF - ESNL;

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho - Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho - Código das Contas;

Decreto - Lei n.º 98/2015, de 2 de junho - SNC

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março - Código das Contas;

Aviso n.º 6726-B/2011 - 14 de março - NCRF-ESNL;

Portaria n.º 986/2009, de 07 de setembro;

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC - ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 são comparáveis em todos os aspetos significativos com valores do período de 2019.

- 3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS
- 3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo (ESNL).

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da Instituição.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

d) Regime do Acréscimo (Periodização económica)

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas sendo registados contabilisticamente e relatadas nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Devedores e Credores por acréscimo" e "Diferimentos".

e) Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação ou alterações às demonstrações financeiras do período.

3.2. ALTERAÇÃO NA POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

Até 2015 as propriedades de investimento nomeadamente terrenos e edifícios cujos fins são obtenção de rendas, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, eram classificadas na conta 42 — Propriedades de Investimento. A partir de 2016, devido à alteração da própria Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), passaram a ser classificados na conta 43 — Ativos Fixos Tangíveis.



Esta alteração reflete-se na eliminação da anterior rubrica do balanço "Propriedades de Investimento" e num aumento da rubrica do balanço de "Ativos Fixos Tangíveis".

Em 2014 foi alterada a política contabilística de mensuração da participação financeira no HMP, SA tendo em conta que as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Este ajustamento registado em 2013, foi corrigido e efetuado o necessário ajustamento na quantia escriturada do investimento resultado da redução do capital social para cobertura dos prejuízos da sociedade, mantendo a percentagem de participação financeira (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP - Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%. Em 2018 não houve alterações. No dia vinte e um de dezembro de 2019 foi aprovado pela Assembleia Geral a proposta de aquisição de oitenta mil, novecentas e trinta e oito ações que a Misericórdia de Paredes detém na sociedade anónima HMP - Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, pelo valor de cinco euros por cada ação, no montante total de quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa euros, a pagar pelo adquirente no prazo de dez anos. Esta proposta tem efeitos contabilístico no ano 2020. No final do plano de pagamentos, a Misericórdia ficará com 1.38% de percentagem de participação detida na sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

a) Critério de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os gastos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gasto do exercício em que ocorrem, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividade presentes e futuras adicionais.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos que foram atribuídos à Instituição, a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As doações ou heranças que estejam associados a ativos depreciáveis/amortizáveis, são inicialmente registados na rubrica "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais", sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos Resultados "Outros Rendimentos – Imputação de doações para investimentos".

A partir de 2016, as anteriormente designadas "Propriedades de Investimento" passaram a estar incluídas nos ativos fixos tangíveis, de acordo com o capítulo 7, do aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho, e incluem essencialmente terrenos, edifícios e outras construções para obter rendimento.

b) Métodos de depreciações usados:

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:



Ativo Bruto

Galala			The state of the s	
Saldo em 31/12/2019	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2020
			70	9
17.707,33				17.707,33
15.454.733,86	18.112,01			15.472.845,87
702.435,95	57.469,30			759.905,25
383.173,03	-		-	383.173,03
201.162,14	20.619,37			221.781,51
78.580,59	_			78.580,59
16.837.792,90	96.200,68			16.933.993,58
	31/12/2019 17.707,33 15.454.733,86 702.435,95 383.173,03 201.162,14 78.580,59	31/12/2019 Reavaliações 17.707,33 15.454.733,86 18.112,01 702.435,95 57.469,30 383.173,03 - 201.162,14 20.619,37 78.580,59 -	31/12/2019 Reavaliações Alienações 17.707,33 15.454.733,86 18.112,01 702.435,95 57.469,30 383.173,03 - 201.162,14 20.619,37 78.580,59 -	31/12/2019 Reavaliações Alienações e Transf. 17.707,33 15.454.733,86 18.112,01 702.435,95 57.469,30 383.173,03 201.162,14 20.619,37 - 78.580,59 -

Depreciações Acumuladas

	popicolagoes	Acumulauas			
	Saldo em 31/12/2019	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2020
Ativos fixos tangíveis					31/11/2020
Edifícios e outras construções	11.896.124,99	199.663,63			12.095.788,62
Equipamento básico	558.688,50	46.699,98			605.388,48
Equipamento de transporte	333.371,56	21.971,87			355.343,43
Equipamento administrativo	181.191,73	12.109,65			193.301,38
Outros ativos fixos tangíveis	78.360,45	84,85			78.445,30
Total depreciações ativos tangíveis	13.047.737,23	280.529,98	0,00		13.328.267,21
Ativo fixo tangivel liquido	3.790.055,67				3.605.726,37

5. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

5.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS:

a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

b) Métodos de depreciações usados:

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:



Ativo Bruto

	Saldo em 31/12/2019	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2020
Ativos fixos intangíveis					
Projetos de desenvolvimento	168.244,69				168.244,69
Total Ativo intangivel bruto	168.244,69				168.244,69

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2019	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2020
Ativos fixos intangíveis					
Projetos de desenvolvimento	115.579,44	26.328,67		-	141.908,11
Total depreciações ativos intangíveis	115.579,44	26.328,67			141.908,11
Ativo intangível líquido	52,665,25		THE REAL PROPERTY.		26.336,58

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

6.1. DIVULGAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS:

Os investimentos financeiros são constituídos por participações financeiras no capital da sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, bem como FRSS – Fundo de Reestruturação do sector social, Fundo Compensação Salarial e outros investimentos.

a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo.

Relativamente à base de mensuração das participações financeiras na sociedade Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Em 2014 foi efetuado um ajustamento neste ativo financeiro pelo reconhecimento da redução do capital social do Hospital da Misericórdia de Paredes, SA para a cobertura de prejuízos, mantendo-se a percentagem de participação detida pela Misericórdia nessa sociedade (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de



participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. Em 2016 a percentagem de participação mantém-se. Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP — Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%. Em 2018 não houve alterações. No dia vinte e um de dezembro de 2019 foi aprovado pela Assembleia Geral a proposta de aquisição de oitenta mil, novecentas e trinta e oito ações que a Misericórdia de Paredes detém na sociedade anónima HMP — Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, pelo valor de cinco euros por cada ação, no montante total de quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa euros, a pagar pelo adquirente no prazo de dez anos. Esta proposta tem efeitos contabilístico no ano 2020. No final do plano de pagamentos, a Misericórdia ficará com 1.38% de percentagem de participação detida na sociedade HMP — Hospital da Misericórdia de Paredes, SA.

Foi apresentado um Processo Especial de Revitalização (PER) pelo HMP — Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em julho de 2016, que corre termos no Tribunal da Comarca Porto Este — Instância Central de Amarante — Secção de Comércio — J2 sob o № 914/16.6 T8AMT. Atualmente existe um litígio judicial pendente que corre termos no referido tribunal, relativo ao PER apresentado pelo HMP - Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, onde a Misericórdia apresentou uma reclamação de créditos de rendas comerciais do imóvel onde está instalado o HMP no valor de 507 643.88€ (quinhentos e sete mil seiscentos e quarenta e três euros e oitenta e oito cêntimos, provenientes de rendas vencidas e não pagas pelo HMP no período compreendido entre abril de 2013 e julho de 2016, e um crédito de suprimentos, a título de reforço de suprimentos adicionais, efetuado pela Misericórdia enquanto acionista do HMP, no valor de 110 922.00€ (cento e dez mil novecentos e vinte e dois euros).

O desreconhecimento destes ativos financeiros, resultante de venda é determinado pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos". No ano 2019 e 2020, as oscilações referem-se ao Fundo de Compensação Salarial.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as quantias escrituradas são as seguintes:

Investimentos financeiros

	Saldo em 31/12/2019	Aumentos	Abates e Alienações	Ajustamento	Saldo em 31/12/2020
Investimentos financeiros					
Ações no HMP, SA	443.661,58				443.661,58
Outros investimentos financeiros	2.707,19	1.186,98	85,15		3.809,02
Total Investimentos financeiros	446.368,77	1.186,98	85,15	West of the	447.470,60

7. INVENTÁRIOS

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os materiais e produtos de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado em sistema de inventário intermitente.

7.2.Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os valores constantes dos inventários são as seguintes:

Inventários

Descrição	2020	2019
Inventários	-	-
Matérias primas e consumíveis	21.554,53	10.476,56
Total Inventários	21.554,53	10.476,56



8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços:

O rédito é mensurado ao justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente de prestações de serviços é reconhecido líquida de imposto, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato.

9. SUBSIDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

9.1) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais:

SUBSIDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Descrição	Saldo a 31-12-2019	Imputação do subsidio	Saldo a 31-12-2020
Fundos Patrimoniais		WHITE DOOR STORE	
Subsidio PIDDAC	242.609,88	7.877,26	234.732,62
Subsidio Fundo Rainha D. Leonor	144.068,19	18.008,52	126.059,67
Total	386.678,07	25.885,78	360.792,29

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Misericórdia cumpra com todas as condições a eles associados para os receber.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica "Outras Variações nos fundos patrimoniais" e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados "Outros rendimentos — Imputação de subsídios para investimento" durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.



Os subsídios à exploração que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração do exercício imputam-se como rendimentos desse exercício.

Os subsídios à exploração que se destinam a financiar a cobertura de gastos de exercícios futuros, são imputados aos referidos exercícios, à medida que os gastos são ocorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios à exploração estão divulgados de forma exaustiva na nota 13.11.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Créditos a receber, fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros e outras dívidas de terceiros – estão mensuradas ao custo.

As dívidas dos créditos a receber, fundadores/beneméritos/patrocinadores/membros e outras dívidas de terceiros a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros - as contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos e apresentados nas rubricas "Outros ativos correntes", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos" do balanço.



11. Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de turno, subsídio de coordenação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecimentos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

11.1) Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

O número médio de funcionários é o seguinte:

	E STATE OF	100046
Descrição	2020	2019
N.º médio de funcionários		
Efetivos	98	99
Contratados a termo certo	9	9
Contratados a termo incerto por substituição temporária de trabalhador	8	14
Contratados a termo incerto ao abrigo do COVID	8	0
Contrato Estágio emprego	1	0
Contratados a termo incerto - Protocolo com CDSS - RSI	10	10
Contratados ao abrigo do MAREES - Medida apoio ao reforço	57	0
Total	191	132

O número dos Órgãos Sociais é o seguinte:

Assembleia Geral – 3 membros efetivos e 0 suplentes

Mesa Administrativa – 5 membros efetivos e 3 suplentes

Conselho Fiscal – 3 membros efetivos e 2 suplentes

Conforme nº 1 do artigo 16 do Compromisso da Misericórdia, os órgãos sociais exercem gratuitamente as funções que competirem aos respetivos cargos.

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

O aumento significativo do número de casos positivos de Covid-19, desde o início do ano de 2021, obrigou o governo a endurecer as medidas adotadas para travar a progressão do vírus e, no dia 15 de janeiro, Portugal entrou em confinamento. Durante o ano de 2021, a Misericórdia continuará a aplicar os planos de contingência, associados às condições da evolução da pandemia Covid-19, assegurando o pleno cumprimento das orientações da Direção Geral de Saúde e o equilíbrio económico e financeiro sustentável das suas contas.

A Mesa Administrativa admite que a propagação do COVID-19 continua a ter feitos sobre a atividade da instituição, nomeadamente aumento dos gastos e diminuição de rendimentos. É, no entanto, sua convicção de que os impactos não vão afetar a continuidade da instituição.

13. OUTRAS DIVULGAÇÕES

13.1) Créditos a receber

As quantias apresentadas para créditos a receber têm a seguinte discriminação:

Descrição	2020	2019
Utentes c/corrente	82.412,10	61.050,23
Utentes de cobrança duvidosa	1.207,00	1.207,00
Total	83.619,10	62.257,23

13.2) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava as seguintes quantias:

Descrição	20	20	2019	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.381,96		26.328,19	
Imposto sobre o Rend. P. Colectivas	0,00		354,86	
Imposto sobre o Rend. P. Singulares		6.950,15		6.565,11
Contribuições p/ Segurança Social		34.049,20		31.079,26
Outros		113,47	254,96	78,61
Total	4.381,96	41.112,82	26.938,01	37.722,98
Saldo		36.730,86	REL SE	10.784,97

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

13.3) FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/ME MBROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Doadores		
Doadores em curso		1.500,00
Total		1.500,00

13.4) DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 este item era constituído pelas seguintes quantias:

2020	2019
97.530,79	99.878,74
97.530,79	99.878,74
35.664,65	54.292,34
12.604,18	7.658,01
404.690,00	0,00
7.550,00	11.000,00
460.508,83	72.950,35
	97.530,79 97.530,79 35.664,65 12.604,18 404.690,00 7.550,00

- (1) POAPMC (Programa Operacional Apoio Alimentar a Pessoas Mais Carenciadas) / FEAC (Fundo Europeu de Apoio aos mais carenciados)
- (2) PAC (Programa de Apoio Complementar)

13.5) OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Suprimentos	110.922,00	110.922,00
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	627,50	1.087,50
Outros acréscimos de rendimentos	43.519,60	0,00
Outros Devedores		
Inquilinos	516.630,92	518.407,58
Devedores por adiantamento venda ações HMP, SA	354.690,04	0,00
Devedores por participação no capital	1,00	1,00
Devedores por cessão de créditos HMP,SA	21.121,49	21.121,49
Devedores por subsidios - ISS (POAPMC)	70.157,44	89.614,56
Outros	11.801,29	716,55
Total	1.129.471,28	741.870,68

13.6) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca dos componentes principais de recebimento e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Instituição.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 este item era constituído pelas seguintes quantias:

		2010
Descrição	2020	2019
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	51,37	76,26
Depósitos à ordem	188.973,67	352.411,51
Depósitos a prazo	1.900.000,00	1.900.000,00
Total	2.089.025,04	2.252.487,77



13.7) FUNDOS PATRIMONIAIS

As quantias apresentadas têm a seguinte discriminação:

Descrição	2020	2019
Fundos patrimoniais	A STATE OF THE STA	
Fundos	52.216,75	52.216,75
Resultados transitados	5.671.745,22	5.726.449,75
Ajustamentos em ativos financeiros	(1.140.938,42)	(1.140.938,42)
Outras Variações nos fundos patrimoniais	t	(:
Subsidios ao investimento PIDDAC	234.732,62	242.609,88
Subsidios Fundo Rainha Dona Leonor	126.059,67	144.068,19
Doações	1.910.121,74	1.941.410,36
Resultado líquido do período	(297.362,34)	(54.704,53)
Total	6.556.575,24	6.911.111,98



As quantias apresentadas para fornecedores têm a seguinte discriminação:

Descrição	2020	2019
Fornecedores		
Fornecedores c/c	52.811,53	66.742,67
TOTAL	52.811,53	66.742,67

13.9) OUTROS PASSIVOS CORRENTES

As quantias apresentadas para outras contas a pagar têm a seguinte discriminação:

Descrição de la companya de la compa	2020	2019
Fornecedores do imobilizado	738,00	29.095,24
Credores por acréscimos de gastos	291.092,33	257.445,71
Credores - Mediadores - Programa POAPMC	21.995,94	33.852,46
Outros credores	80.281,56	75.577,29
Total	394.107,83	395.970,70



13.10) VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2020	2019
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	841.185,49	955.907,01
Quotizações e joias	1.717,00	2.891,00
Total	842.902,49	958.798,01

Número médio de utentes por resposta social em 2020

	Resposta Social
Service Control	Lar
0.00	Centro de dia
	SAD
	Creche
	Pré-Escolar
	CATL
	Sub. Total
	Rendimento Social de Inserção
	POAPMC - Programa alimentar
	Total

omens	Mulheres	Total
14	42	56
2	12	14
16	31	47
26	23	49
59	49	108
47	45	92
164	202	366
		360
		1070
164	202	1796

%
107%
71%
106%
92%
83%
83%
90%
100%
100%

Não comparticipados		
Nº	%	
-4	-7%	
4	29%	
-3	-6%	
4	8%	
18	17%	
16	17%	
35	10%	
0	0%	
0	0%	
1105	62%	



13.11) SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 este item era constituído pela seguinte quantia:

Descrição	2020	2019
Subsidios, doações e legados à exploração		
Centro distrital de segurança social		
Lar	321.983,49	303.394,36
Centro de dia	19.448,40	14.053,20
SAD - Serviço de apoio domiciliário	247.648,20	234.580,80
Creche	162.223,64	154.281,96
Pré-escolar	215.216,40	206.498,04
CATL	69.676,80	67.323,84
RSI	168.475,58	164.342,53
POAPMC (Programa operacional apoio aos +carenciados)	40.435,94	18.524,14
Apoio excecional à família para trabalhores Outras Entidades	2.491,92	0,00
Autarquia	6.000,00	20.040.02
Subsidios IEFP	127.901,32	38.848,82
Doações e heranças	15.459,48	20.993,41 14.359,05
Total	1.396.961,17	1.237.200,15

13.12) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

As matérias consumidas apresentam os seguintes gastos, nos períodos de 2020 e 2019:

Descrição		Matérias -primas, subsidiárias e de	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	Mercadorias	consumo	Total
2020			
Inventários iniciais	0,00	10.476,56	10.476,56
Compras Reclass o regularização de la contra	0,00	361.323,90	361.323,90
Reclass. e regularização de inventários Inventários finais	0,00	0,00	0,00
inventarios finais	0,00	21.554,53	21.554,53
C.M.V.M.C.	0,00	350.245,93	350.245,93
2019			
Inventários Iniciais	0,00	10.487,09	10.487,09
Compras	0,00	324.839,74	324.839,74
Reclass. e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
nventários finais	0,00	10.476,56	10.476,56
C.M.V.M.C.	0,00	324.850,27	324.850,27

13.14) FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

As importâncias mais relevantes que constituem o item de "Fornecimentos e serviços externos" são:

		TANK TO SERVICE STATE OF THE PARTY OF THE PA
Descrição	2020	2019
Fornecimentos e Serviços Externos		
Trabalhos especializados	51.385,33	49.599,97
Publicidade e propaganda	367,05	1.265,06
Vigilância e segurança	1.107,00	0,00
Honorários	34.465,75	38.788,31
Conservação e reparação	48.720,45	62.728,54
Encargos de saude com utentes	84.892,19	29.332,63
Serviços bancários	1.508,51	2.115,28
Serviços de cabeleireiro	205,00	607,50
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.633,04	1.655,09
Livros e documentação técnica	99,62	429,78
Material de escritório	2.795,73	245,33
Artigos para oferta	1.438,49	2.999,47
Material didático	2.373,74	3.397,67
Jornais e revistas	387,00	34,13
Vestuário e calçado de utentes	0,00	1.541,22
Outros (rouparia, encargos com passeios de utentes,e outros)	20.695,36	18.780,47
Eletricidade	68.225,93	62.816,95
Gas natural	21.851,22	22.725,76
Gasoleo	8.670,79	10.374,04
Água	47.767,71	39.619,62
Deslocações, estadas e transportes	9.360,64	22.500,82
Rendas e alugueres	1.021,91	592,10
Comunicação	3.573,70	3.548,21
Seguros	14.018,04	14.440,14
Contencioso e notariado	267,00	240,00
Limpeza, higiene e conforto	4.358,14	4.393,06
Portagens	420,54	899,46
Atividades escolares	1.742,50	4.748,87
Bolsa centro emprego	128.131,62	31.150,50
Funerais de utentes	5.512,56	1.849,84
Outros	57,00	823,45
Total	571.053,56	434.243,27



13.15) GASTOS COM O PESSOAL

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de turno, abono para falhas, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras remunerações adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Todas as remunerações foram pagas por transferência bancária ou cheque, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou pagamentos com base em ações.

A rubrica "Gastos com pessoal" tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019	
Gastos com o pessoal	TP-CC-		
Remunerações do pessoal	1.443.065,51	1.367.877,45	
Encargos sobre remunerações	310.411,38	295.664,06	
seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	29.009,63	21.989,76	
Outros gastos (formação profissional)	9.385,75	5.006,74	
Total	1.791.872,27	1.690.538,01	

13.16) OUTROS RENDIMENTOS

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição de la companya del companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya de la companya del comp	2020	2019
Outros rendimentos e ganhos		<
Rendimentos suplementares	20.650,85	11.461,98
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.585,80	1.374,42
Alienação de ativos fixos tangíveis	0,00	14.000,00
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		
Rendas de edificio - Hospital	157.135,04	155.761,92
Rendas de habitação	25.136,04	17.492,01
Rendas de consultórios	24.335,46	24.162,24
Rendas de edificio - hemodiálise	192.000,00	192.000,00
Correcções relativas a períodos anteriores	11,68	0,00
Excesso de estimativa	0,00	4.011,12
Imputação de subsidios/doações para investimentos		
Subsidios Piddac	7.877,26	7.877,26
Subsidios Fundo Rainha Dona Leonor	18.008,52	18.008,52
Doações de ativos fixos tangíveis e intangíveis	31.288,62	31.288,62
Restituições de impostos (Pedidos de Restituição IVA e consignação fiscal)	9.876,19	30.764,24
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	1,73
Total	489.905,46	508.204,06

13.17) OUTROS GASTOS

As quantias significativas que constituem este item são:

Descrição	2020	2019
Outros Gastos E Perdas		
Impostos	4.911,70	5.823,77
Descontos De Pronto Pagamento Concedidos	5,24	8,98
Correcções Relativas A Períodos Anteriores	2.093,64	306,39
Donativos	3.245,78	2.198,85
Quotizações	792,00	912,00
Total	11.048,36	9.249,99

13.18) JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2020	2019
Juros, Dividendos E Outros Rendimentos Similares		
Juros Obtidos	3.947,31	4.988,24
Dividendos Obtidos	0,00	0,00
Total	3.947,31	4.988,24



14. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 07 de abril de 2021.

Paredes, 07 de abril de 2021

A Mesa Administrativa

Provedor: Vice - Provedor

Vogal:

Tesoureira:

Secretário:

A Contabilista Certificada





Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilisticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não

Jaglishon Jaglishon



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Irmandade da Misericórdia de Paredes, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 7.505.116 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.556.575 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 297.362 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

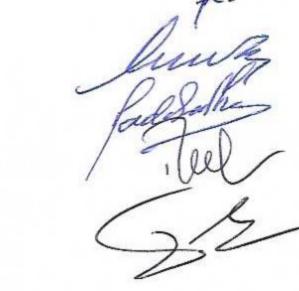
Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito descrito no primeiro parágrafo da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilistica e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reserva

Não foi constituída imparidade sobre os créditos detidos sobre HMP Hospital da Misericórdia de Paredes, S.A., no montante de 507.643,88 € proveniente das rendas vencidas e não pagas no período compreendido entre abril de 2013 e julho de 2016, em virtude desta divida não ter sido incluída no Plano Especial de Recuperação (PER) apresentado pelo Hospital, por ser considerada divida subordinada. Esta situação foi, entretanto, objeto de contestação judicial por parte da Santa Casa da Misericórdia de Paredes.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.







detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver confuio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilisticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria.
- incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

Lewis States





RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 19 de abril de 2021

PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS SROC, LDA

Representada por:

Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão

Registado sob os nºs 686 na QROC e 20160327 na CMVM



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De conformidade com o disposto na alínea C) ponto 1ª do artigo 31ª do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericordia de Paredes, vem o seu Conselho Fiscal ou Definitório, apresentar à Assembleia Geral o seu parecer sobre o Balanço, o Balancete, a Demonstração de Resultados e respetivo anexo relativos ao exercício económico do ano de dois mil e vinte.

O Conselho Fiscal ou Definitório, analisou o Relatório e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa relativas ao exercício económico de 2020, apreciou o Relatório de Gestão, o relatório Anual sobre a movimentação das contas do exercício e o anexo ao Balanço documentos reportados ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020 e a Demonstração de Resultados daquele período, tendo procedido à consulta da respetiva documentação de suporte.

O Exercício Economico de 2020, foi desenvolvido cumprindo todas as obrigatoriedades impostas pelo governo para adoção de medidas no combate aos efeitos nefastos da Pandemia trazida pela COVID-19, que atingiu o mundo inteiro a partir de Março, dando origem, fundamentalmente, à diminuição de receitas e ao acréscimos de despesas, dificultando de alguma maneira, a normalidade da Instituição.

O Resultado do Líquido do Exercício foi negativo em € 297.362,34, sendo consequência de dois fatores:

1º.-A necessidade da Instituição, em várias áreas, ter de se reforçar de materiais, equipamentos, pessoal e outras despesas gerais, para combater os efeitos da Pandemia e,

29.-Gastos em reversões, depreciações e de amortizações no montante de € 306.858,65, atribuídos ao exercício referente ao desgaste de bens mobiliários e imobiliários.

O Resultado negativo apresentado, não compromete a estabilidade financeira da instituição que ficará fortemente protegida pelo saldo de tesouraria de € 2.089.025,04, montante este que transita em balanço para o próximo exercício e, por isso, entende o Conselho Fiscal ou Definitório que as contas de 2020 que nos foram apresentes pela Mesa Administrativa merecem a aprovação dos seus irmãos em Assembleia Geral a realizar no próximo dia 18 de junho de 2021.

Por último, o Conselho Fiscal ou Definitório por unanimidade aprova, sem reservas, o Relatório de Contas do exercício compreendido entre 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020 e aconselha a Assembleia Geral a igual procedimento, louva a Mesa Administrativa, Funcionários, colaboradores e todos os elementos do voluntariado pela demonstrada dedicação e competência que todos deram à Instituição no decurso do exercício.

Paredes, 26 de Maio de 2021

Presidente:

(António Francisco de Oliveira Ferreira)

Vice-Presidente:

(Rogério Manuel Ribeiro dos Santos Grácio)

Secretário:

(Augusto Manuel/Teixeira de Barros Ruão)

Contribuinte n.º 500 835 454 / Rus Elias Moreira Neto. 161 / 4580-085 PAREDES / Tel. 255 780 220 / Fax. 255 780 229 geral@scmparedes.pt / www.scmparedes.pt